



F – 1

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCASSEZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E GARANTIAS INERENTES AO HOMEM, ATRAVÉS DO DIREITO, EM COMUNIDADES CARENTES

Karla Karoline Rodrigues Silva (Acadêmica)
Curso de Direito – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Contato: karlinha05_3@hotmail.com/ karlarodrigues0503@gmail.com

A expansão da democracia, através da conquista de novos direitos, exigiu do Estado uma nova forma de intervenção na sociedade. O ente soberano passou a ter como finalidade o bem-estar social. Por esta razão, nasce um conjunto de planos governamentais que sejam capazes de resguardar direitos individuais e sociais, que são as Políticas Públicas. Com base nos casos analisados, escolas públicas e “lixão” (aterro sanitário), nota-se que, nestes locais, as garantias preceituadas no art. 5º da CF são constantemente violadas. Tal constatação enseja em questionamentos sobre o porquê da ineficácia de políticas. Existem várias possíveis respostas para isso. Entre as quais podemos citar o desvio de verbas públicas, concentrando-as em uma parte da sociedade que, em regra, não necessitaria de tais “auxílios”, bem como a falta de planejamento das metas governamentais. Sob esta mesma perspectiva, ressalta-se que o governo, em muitas ocasiões, tem foco equivocado. O investimento em quantidade tem deixado a desejar quando o comparamos com a qualidade, é o que se vê, por exemplo, nas redes públicas de saúde e educação. Ademais, é importante dizer que a inaplicabilidade de Políticas Públicas contribui para o aumento de várias formas de violações como: racismo e todas as formas de discriminação, humilhação, exclusão social, opressão, perseguição, ações do crime organizado, chacinas, e a arbitrariedade policial; o abuso sexual, as brigas de rua, os maus-tratos, criminalidade, os danos aos bens materiais e outros. E são por razões como estas que o presente projeto social se mobiliza no sentido de disseminar atividades participativas de modo que seja possível além de promover a conscientização, produzir nestes indivíduos a concepção acerca das defasagens de direitos e condições de vida em que se encontram. E neste aspecto, não de forma elevada, porém significativa, despertá-los o intuito de que eles mesmos comecem a fazer algo pela comunidade em que vivem.

Palavras-chaves: 1) políticas públicas; 2) intervenção social; 3) exercício da cidadania.